

“Restrição à emissão de títulos”

por Maria Cristina Fernandes
de São Paulo

Com o acordo que vincula a rolagem da dívida dos estados e a aprovação do ajuste fiscal, em apreciação pelo Congresso, o governo federal espera ter sob controle a evolução dos gastos públicos nos municípios e estados em 1992, ano eleitoral tradicionalmente caracterizado pela emissão de títulos públicos e aumento do déficit.

Foi o que disse ontem o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, ao encerrar em São Paulo o seminário “O desafio da abertura econômica” promovido pela Fundação Getúlio Vargas (ver matéria na página 6).

“Esse acordo que foi aprovado no Congresso proíbe a emissão de títulos públicos por oito anos”, disse Marcílio. O ministro disse acreditar que a tendência de incremento de gastos públicos obser-



Marcílio Marques
Moreira

vada nas últimas eleições não tenda a se repetir nos estados que hoje têm seus governadores no início de seus mandatos e não se interessariam em comprometer a saúde financeira de suas administrações.

“Eles não repetirão os

anos passados, mas ainda que tentem haverá a restrição à emissão dos títulos”, afirmou. Ele negou que o acordo das dívidas vá comprometer o tesouro da União. “O acordo é austero. A reabertura dos bancos estaduais será feita de acordo com a disponibilidade orçamentária.”

DELFIN NETTO

O deputado e ex-ministro da Fazenda, Delfim Netto, também presente ao seminário da Fundação Getúlio Vargas, voltou a criticar o ajuste fiscal proposto pelo governo e à espera da deliberação do Congresso.

“O que o governo poderia fazer para reequilibrar as despesas públicas representa muito mais do que qualquer ajuste fiscal”, afirmou Delfim. Segundo o deputado, os gastos de custeio com pessoal representavam 8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1984 e em 1990 esse percentual dobrou.